



CÂMARA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN

REQUERIMENTO DE CRIAÇÃO DE CPI nº 01 de 2021.

(Vereadores MARTIM MARQUES BONFIM, ANDREA SORAIA BLASKIEVICZ e JONEE PESCH)

COLENDO PLENÁRIO DESTA RESPEITOSA CASA DE LEIS,

Os Vereadores que a esta subscrevem, considerando o disposto no § 3º do artigo 58 da Constituição Federal, bem como nos termos do artigo 29 da Lei Orgânica Municipal e dos artigos 86 e seguintes do Regimento Interno desta Câmara Municipal, vêm, respeitosamente, REQUERER a criação de **Comissão Parlamentar de Inquérito**, com a finalidade de investigar as diversas irregularidades e atos ilegais ocorridos junto ao Departamento de Recursos Humanos do Poder Executivo, especialmente no período compreendido entre 2017 e 2020.

Considerando os expedientes recebidos e oriundos do Poder Executivo Municipal durante os primeiros meses deste ano, há fortes indícios de que no período citado diversos servidores foram beneficiados com pagamentos irregulares/ilegais através de um esquema engendrado e articulado que, possivelmente, envolveu várias pessoas.

Os pagamentos ocorriam sob as mais variadas rubricas, dentre as quais destacam-se: cumulação de funções gratificadas/gratificações para um mesmo servidor; cumulação de funções gratificadas/gratificações com horas extras; pagamentos de funções gratificadas/gratificações e/ou horas extras a ocupantes de cargo em comissão; criação de eventos fantasiosos para justificar pagamentos indevidos, dentre outros.

Registre-se ainda, que uma investigação apurada e substancial, através de uma CPI, trará à tona outras práticas ilegais lá materializadas, as quais, certamente ensejarão a responsabilização administrativa, civil e criminal dos envolvidos.

JUSTIFICATIVA

De pronto, informamos que a presente Comissão Parlamentar de Inquérito, busca investigar fatos de relevante interesse para a vida pública e para a ordem constitucional, legal e social do Município de Paulo Frontin.

Vislumbra-se também, os poderes de investigação equiparados aos das autoridades judiciais, tais como determinar diligências, ouvir indiciados, inquirir testemunhas, requisitar de órgãos e entidades da administração pública informações e documentos, requerer a audiência de servidores e Secretários Municipais, tomar depoimentos de autoridades, bem como requisitar os serviços de quaisquer autoridades, inclusive policiais.

Além disso, buscaremos poder deslocar-nos a qualquer ponto do território para a realização de investigações e audiências públicas e estipular prazo para o atendimento de qualquer providência ou realização de diligência sob as penas da lei.



CÂMARA MUNICIPAL DE PAULO FRONTIN

Ante a uma conjuntura irregular, ilegal, desonrosa, desmedida e inadmissível, vimos ao Plenário desta Colenda Casa de Leis apresentar requerimento para a criação da Comissão Parlamentar de Inquérito, com a finalidade de investigar as diversas irregularidades e atos ilegais ocorridos junto ao Departamento de Recursos Humanos do Poder Executivo, especialmente no período compreendido entre 2017 e 2020, envolvendo pagamentos irregulares/ilegais a diversos servidores e ex-servidores do Município.

Desta forma, levando-se em apreço os documentos já recebidos do Poder Executivo Municipal, este Parlamento, a Casa do Povo Frontinense, onde os representantes dos municípios bradam sobre os anseios da sociedade, repugnando estas inescrupulosas ações, há de investigar todas as irregularidades e/ou ilegalidades perpetradas naquele setor.

Pelo breve exposto, solicitamos o apoio e a aprovação dos nobres pares a esta iniciativa, a criação da COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO supramencionada, respaldada pelos Vereadores signatários da proposta.

Sala das Sessões, 25 de Março de 2021.

MARTIM MARQUES BONFIM
Vereador Proponente

ANDREA SORAIA BLASKIEVICZ
Vereadora Proponente

JONEE PESCH
Vereador Proponente